

# Figurações da dor: a memória no curso da vida<sup>1</sup>

Cynthia Sarti<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto trata de encontros com as ideias de Veena Das que aconteceram em meu trabalho de pesquisa sobre o sofrimento e a violência. Para isso, percorre a trajetória que levou à investigação sobre o tema com base na memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) nos pontos em que o trabalho da autora ecoou e se fez presente. Em uma reflexão que interroga não os acontecimentos da ditadura, mas a singularidade das experiências de sofrimento, apreendidas nas formas de dizer, expressas pelo testemunho de quem as viveu ou foi por elas afetado, a leitura da violência não apenas em termos de sua destruição, mas pelas possibilidades de reconstrução da vida depois da devastação, proposta por Das, abriu um caminho fecundo.

**Palavras-chave:** Sofrimento, Violência, Memória, Vida, Ditadura brasileira.

FIGURATIONS OF PAIN: MEMORY THROUGH LIFE

**Abstract:** In this text I discuss my encounters with Veena Das's ideas over the course of my own research on suffering and violence. I trace the paths that led to my investigation of the theme

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em inglês, com tradução de David Rodgers, em *Sociologia & Antropologia*, v. 11, n. 3, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais PPGSA Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, pp. 817-842, setembro-dezembro, 2021.

<sup>2</sup> Professora de Antropologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Cátedra Edward Saïd de Estudos da Contemporaneidade., São Paulo/Brasil, e-mail: csarti@uol.com.br, OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-6962-3527>.

through the memories of Brazil's military dictatorship (1964-1985), highlighting the points where the author's work resonated and made itself present. The reading of violence proposed by Das, which sees it not as merely destructive but also as a source of possibilities for reconstructing life after devastation, provided a way forward for my own inquiry that focuses not on the events of the dictatorship per se, but on the singularity of the experiences of suffering, apprehended in the forms of speaking expressed in the testimony of those who lived through these experiences or were affected by them.

**Key words:** Suffering, Violence, Memory, Life, Brazilian dictatorship.

Este texto trata de encontros com as ideias de Veena Das que aconteceram em meu trabalho de pesquisa sobre o sofrimento e a violência. Percorre, para isso, a trajetória que levou à investigação sobre o tema com base na memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) nos pontos em que seu trabalho se fez presente. Essa reflexão foi motivada pelo convite para participar deste dossiê sobre a autora, que abriu um caminho fecundo na antropologia contemporânea para pensar a violência, tornando-se uma referência incontornável para o tema, particularmente quando o foco é a dor.<sup>3</sup>

Dado esse sentido do texto, não há, aqui, uma reflexão sobre o trabalho de Veena Das que dele faça uma exegese ou uma análise de seus fundamentos e linhas de continuidade.<sup>4</sup> Busco trazer os pontos de encontro de modo a mostrar as possibilidades abertas pela leitura de seu trabalho para a pesquisa sobre a ditadura, nos termos em que a formulei. Recupero, para isso, as questões que me levaram à investigação sobre o sofrimento associado à violência, tal como eu as

---

<sup>3</sup> Agradeço imensamente o convite de Adriana Vianna e Leticia Ferreira para participar deste dossiê e o prazer da convivência durante sua elaboração.

<sup>4</sup> Sobre seu trabalho, ver a coletânea organizada por CHATTERJI, Roma (ed). *Wording the world: Veena Das and scenes of inheritance*. New York: Fordham University Press, 2015; e o texto de VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das, *Mana*, v. 26, n. 3, pp. 1-20, 2020, que comenta sua repercussão na antropologia brasileira..

tinha em mente quando iniciei a pesquisa, e como foi se desenvolvendo a reflexão sobre os testemunhos dessas experiências, colocados em palavras (livros, depoimentos, textos, relatos, entrevistas), destacando os momentos em que a leitura de Veena Das, em especial de *Vida e palavras*, foi particularmente inspiradora, por sua forma singular de propor um caminho para pensar o tipo de trabalho que a antropologia faz “ao dar contornos ao objeto que temos chamado de violência”.<sup>5</sup> A repercussão de seu trabalho a que me refiro diz respeito, assim, não a um enquadramento conceitual, mas a uma inspiração, pela perspectiva em que a autora se situa para refletir sobre a dor da violência.

De certo modo, está presente nesse intento, *mutatis mutandis*, o sentido que Das atribui à sua interlocução com a filosofia. Na entrevista neste dossiê, ela afirma que não é uma teoria para a antropologia o que ela busca na filosofia, mas sim uma espécie de parceria, uma companhia, em suas palavras, sendo seu interesse não a filosofia em geral, mas alguns filósofos em particular. Trata-se de indagar sobre como se chega a pensar sobre um objeto de estudo desta e não de outra maneira, considerando o lugar do outro, interlocutores, nessa configuração.

Percebo que, a partir de um certo momento em minha trajetória, o trabalho de Veena Das estava lá, ecoando e acompanhando-me. Este texto é um exercício de entender essa entrada, que não foi um acaso. Para além do impacto abrangente de suas ideias na antropologia brasileira, busco, neste texto, localizar como e quando suas *ideias* me ajudaram a pensar, permitindo *levar adiante* problemas da pesquisa. Destaco as palavras em itálico, porque é a própria autora quem expressa em termos de “levar adiante suas ideias” a forma como deseja a continuidade de seu trabalho: “tudo o que penso ter feito foi disponibilizar algumas ideias em relação às quais eu tinha modos limitados de levar adiante”.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto, revisão técnica Adriana Vianna. São Paulo: Editora Unifesp, 2020 [2007].

<sup>6</sup> Entrevista com a autora neste dossiê.

## A escrita e o argumento<sup>7</sup>

Uma das marcas a destacar no modo como Veena Das faz antropologia é a desestabilização de qualquer enquadramento conceitual *a priori*, seja para pensar a dor associada à violência, seja para aceder a essa experiência como experiência do outro, em sua recusa de buscar uma definição para a violência.<sup>8</sup> O conhecimento sobre a dor da violência tem em seu trabalho a característica de uma obra aberta, inconclusa, a ser sempre interrogada, não apenas pela não evidência, não transparência e contornos imprecisos da violência, mas pela instabilidade da linguagem da dor, uma vez que a enunciação da dor envolve a imprevisibilidade da relação com o outro, no sentido do necessário apelo à sua presença que a dor suscita.

Há expressões peculiares que envolvem suas formulações e são indissociáveis da forma como a autora pensa a violência: o sujeito que *habita o mundo*, a violência que *destrói o mundo como era habitado antes* e a vida que *reconstrói o mundo*, por meio de *negociações subjetivas entre o sujeito e as possibilidades do mundo* que o circunscreve. Habitar, mundo, sujeito, experiência são termos que acompanham sua obra, entrelaçados para tratar, ao mesmo tempo, de dor e violência, de palavras e vida, de tal forma que, mesmo quando usadas como conceitos, as palavras não se reduzem a instrumentos cognitivos, mas se misturam ao conservarem algo da sensorialidade que as constitui.<sup>9</sup> Palavras são o mundo, constitutivas da experiência ordinária da vida. Vida e palavras conectam-se. A etnografia sobre esse objeto que chamamos de violência transita em meio às instabilidades, incertezas e imprevisibilidades que o

<sup>7</sup> Alusão à referência de DAS, Veena. *A life in books*, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 21, pp. 246-250, 2015a, p. 246, sobre o fascínio que Investigações Filosóficas, de Ludwig Wittgenstein, exerceu sobre si: “a tonalidade de sua escrita teve tanto a me dizer quanto sua forma de argumentação” (tradução minha).

<sup>8</sup> Como ressalta VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das, *Mana*, v. 26, n. 3, pp. 1-20, 2020, p. 10: “Contraopondo-se à ansiedade de definir o que seja violência, Das defende que o engajamento na própria instabilidade do que seja nomeado como violência deveria nos guiar”

<sup>9</sup> Esse parece ser o sentido explorado no uso da palavra “textures” em seu mais recente livro, como a autora comenta na entrevista neste dossiê. Parece-me que a sensorialidade no uso das palavras já perpassava Vida e Palavras, o que destaco aqui por sua importância para uma abordagem da dor.

cercam e seu conhecimento, assim como as palavras que o exprimem, não apenas conservam, mas são “guiadas” por essas formas.<sup>10</sup> Ressalto, nesse sentido, sua relação com os conceitos, não como algo que se escolhe previamente entre um conjunto de possibilidades, mas que se insinua no trabalho de pesquisa, por diversas vias, não necessariamente previstas. Aqui, os “imponderáveis” não se limitam a um problema da “vida real” a ser enfrentado no trabalho de campo, como nos alertou Malinowski.<sup>11</sup> Não são um “problema empírico”, um incômodo que desordena o trabalho de campo, mas constituem o problema epistemológico por excelência, que atravessa todo o processo de conhecimento, nas relações nas quais nos envolvemos nas variadas interlocuções que fazem a pesquisa, no trabalho de campo, na reflexão, na escrita. Veena Das abriu um campo epistemológico no qual transitar, nos meandros da instabilidade e indeterminação de que é feito o próprio objeto sobre o qual se produz o conhecimento, abordagem particularmente fecunda quando se estuda a violência. Daí as coordenadas se estabelecerem em termos de campos de conversação localizados.<sup>12</sup> *Vida e palavras* pode ser lido como um conjunto variado desses campos dentro dos quais a autora conversa.

A literatura acompanha igualmente um modo de refletir em que o argumento não se separa da escrita. Nesse caso, ao contrário da filosofia que não fez parte de sua instrução formal, sua formação incluiu os estudos do sânscrito, a cujos textos a autora faz frequentes referências. Isso ajuda a entender como seu modo de fazer antropologia manifesta-se na escritura, não apenas pelas palavras que distinguem seu texto, mas por sua forma. Ao longo de *Vida e palavras*, a escrita conecta os planos variados em que a autora mobiliza as distintas vozes daqueles com quem conversa, seus “interlocutores”, como convenciamos chamá-los na antropologia contemporânea, e a partir das quais reflete e escreve, seja a

<sup>10</sup> VIANNA. *Op. cit.*, 2020, p. 5, chama a atenção para a importância da noção de “limite” no trabalho da autora. Remeto ao seu comentário sobre as noções de experiência e limite como indissociáveis da própria concepção de sujeito.

<sup>11</sup> MALINOVSKI, Bronislaw. Introdução. In: MALINOVSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, XLIII), 1976 [1921].

<sup>12</sup> DAS, Veena. Adjacent thinking: a postscript. In: CHATTERJI, Roma (ed). *Wording the world: Veena Das and scenes of inheritance*. New York: Fordham University Press, pp. 372-399, 2015.

de Asha, Shanti, Manjit, Cavell ou Wittgenstein. O texto antropológico, ali, transfigura-se discretamente em interlocução, envolvendo todas as vozes, como se conversassem entre si.

Dissipa-se, assim, sem alarde, o problema de uma “autoridade etnográfica” ou uma “antropologia simétrica”, que tão ruidosamente atormentou a antropologia dos *Western scholars* (acadêmicos ocidentais), especialmente no final do século passado. As conexões das vozes de seus interlocutores vão se construindo e sendo percebidas pelo leitor, ao longo do texto, pelo cuidadoso trabalho de reflexão da autora, até a explicitação final do reconhecimento daquilo que tanto Manjit quanto Cavell lhe fizeram entender. Se ela aprendeu com ambos, desfazendo assimetrias convencionais do saber, isso se relaciona à perspectiva em que ela se situa para o acolhimento do outro em seu modo de fazer antropologia, que, expressamente, ela define como uma forma de “devoção ao mundo”. Essa perspectiva, por sua vez, parece relacionar-se àquilo que atravessa sua abordagem do outro, que é sua apreensão pela dor. Parece-me que, nessa chave, ela abre seu diálogo, seja com outros campos do conhecimento, sobretudo a filosofia e a literatura, seja com as pessoas com quem convive e se conecta na pesquisa situadas fora dos campos do saber socialmente instituídos. São, em todos esses níveis, “formas de vida” que estão em jogo, independentemente do lugar social que ocupam seus interlocutores. Para ela, se fazemos pesquisa com pessoas na antropologia, o texto antropológico reflete as formas que assumem as relações que nos envolvem com essas pessoas. Como afirma a autora, na entrevista neste dossiê, a escrita antropológica, assim como o trabalho etnográfico, é produzida dentro de uma forma de vida.<sup>13</sup>

Sua abordagem da experiência humana a partir da dor da violência está entre as entradas pelas quais o trabalho de Veena Das teve impacto na antropologia brasileira. Por esse caminho, menciono, a seguir, o que me levou ao encontro da autora em meu próprio trabalho de pesquisa sobre o sofrimento, buscando situar em uma linha de continuidade o surgimento de indagações para as quais a leitura de seus escritos foi decisivamente inspiradora. Começo pelo início dos meus estudos sobre a violência, para

---

<sup>13</sup> Entrevista neste dossiê

tratar da questão que me levou ao sofrimento a ela associado, até chegar às experiências de dor vinculadas à ditadura militar brasileira.

## A vítima circunscrita

Minha entrada no campo dos estudos sobre violência deu-se por intermédio da inserção na área da saúde, fazendo corpo, dor e linguagem estarem articulados na experiência da violência desde essa imersão inicial.<sup>14</sup> Pesquisávamos o atendimento à violência em um hospital de emergências no qual foi criado um serviço especializado em “casos de violência”, buscando analisar, por meio de uma etnografia em seus moldes clássicos, com observação e entrevistas, a compreensão dos profissionais da saúde do que constituía a especificidade da assistência a um corpo ferido por atos violentos.<sup>15</sup>

A violência que chegava aos serviços de emergência, como fenômeno que incide sobre o corpo, era traduzida e tratada nos mesmos termos da doença. Como problema de saúde, a violência era construída de forma a tornar-se inteligível na lógica da biomedicina e da assistência à saúde que dela decorre. Para os médicos da emergência, sua atribuição era curar o ferimento e recuperar as funções vitais, em seus aspectos fisiológicos, independentemente da razão que levou o paciente ao hospital: um ato violento, um acidente ou uma doença. No entanto, a explicação que justificava um atendimento específico à violência, como o que havia no hospital, dizia respeito à sua concepção da “vítima”, assim definida por atributos que lhe eram associados previamente ao ato violento. Nessa concepção, a violência se delimitava pela identificação de uma fragilidade na vítima, que a tornava “passível de sofrer o ato violento, por corresponder a um lugar definido de antemão como lugar de

---

<sup>14</sup> À época, eu era professora no Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp.

<sup>15</sup> A pesquisa foi desenvolvida em colaboração com Rosana Machin Barbosa, também professora no DMP da Unifesp, junto aos alunos de graduação em Medicina e Enfermagem sob nossa orientação. SARTI, C. A.; BARBOSA, R. M.; BARBOSA, M. G.; RAIZER, M. V.; PUCCINI, P. F.; BENZE, C.V.; SUAREZ, M. M.; PAIVA, P.M. *O atendimento à violência na perspectiva dos profissionais da emergência: um estudo qualitativo*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq. São Paulo, Unifesp, 2007.

vulnerabilidade”.<sup>16</sup> Eram, portanto, as mulheres, as crianças e os idosos, nos quais se identificava essa característica, que ocupavam o lugar de *vítimas de violência* a serem atendidas.

Não era, portanto, o ato em si que configurava a violência, nem os ferimentos no corpo que evidenciavam a agressão, mas a definição prévia de quem era a vítima. Nesse registro, homens jovens e adultos estavam excluídos dessa categoria, fundada em uma noção ontológica, e não situacional, de vulnerabilidade, recortada por gênero e idade. Foi nesse serviço que presenciamos o caso de um homem que buscou atendimento por ter sido sexualmente agredido, segundo seu relato. Ele recorreu a esse hospital cujo serviço de assistência à violência sexual era referência na cidade de São Paulo, mas foi dispensado do atendimento sob a alegação de que o serviço era dirigido exclusivamente a mulheres e, assim, contava apenas com ginecologistas e obstetras!<sup>17</sup>

Lembro-me da figura marcante da assistente social do hospital, indignada, quando soube da dispensa do jovem violentado e de seu firme empenho em localizá-lo, fazendo uma “busca ativa” por meio de seu registro de entrada no hospital, para que se prestasse a devida assistência à saúde preconizada universalmente pelo Sistema Nacional de Saúde (SUS), como ela dizia. A reação destoante da assistente social convivia com a perplexidade dos outros profissionais em face do atendimento que finalmente foi prestado a esse jovem fora de lugar. Dessa pesquisa, resultou o início da reflexão sobre a produção da vítima, a partir da forma como o problema da violência entrou no campo da Saúde. Essa entrada deu-se por uma articulação entre a lógica epidemiológica que opera no campo da saúde, privilegiando a incidência do fenômeno, e o protagonismo dos movimentos sociais identitários desde os anos pós-ditadura, que nomearam e deram visibilidade a formas de violência antes invisíveis, como foi o caso dos movimentos feminista, homossexual e pelos direitos

<sup>16</sup> SARTI, Cynthia. O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, pp. 107-126, 2005, p. 114.

<sup>17</sup> Relatamos e analisamos o episódio em artigo escrito a seis mãos. SARTI, Cynthia A.; BARBOSA, Rosana Machin; SUAREZ, Marcelo M. Violência e gênero: vítimas demarcadas, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v.16, n.2, pp. 167-183, 2006.



da criança, dando contorno a políticas de saúde fundadas na reivindicação de direitos específicos.<sup>18</sup>

Retomo aqui o caso do homem violentado porque considero que ele representou um ponto de inflexão em minha trajetória de pesquisa no sentido de abrir um campo de investigação a partir da análise da produção da figura da vítima. Essa mudança fez-me aproximar de uma abordagem mais fenomenológica para o estudo da dor e do sofrimento, pela atenção à experiência, em sua singularidade, como estratégia fundamental de análise da violência.<sup>19</sup>

Ecoava, para isso, a voz dissonante da assistente social, alheia ao discurso biomédico que impregnava os sons dos corredores percorridos ao longo da pesquisa, mas também distanciada, em alguma medida, da iniciativa, da qual foi uma das principais agentes e defensoras, de criação de um atendimento específico à violência sexual dirigido exclusivamente às mulheres no hospital. Ela fora confrontada, na prática de seu trabalho, com as ambiguidades de uma assistência à violência circunscrita a uma noção previamente definida da vítima, que, ao mesmo tempo em que nomeava a violência contra a mulher, invisibilizava, por sua essencialização, outras formas de violência. Eu imaginava, ao mesmo tempo, o sofrimento do jovem rapaz violentado, a quem nunca tive acesso, exceto pelo discurso dos profissionais, nas formas sucessivas de humilhação a que fora submetido, no ato da violação, na dispensa do cuidado e no posterior tratamento prestado que tanta estranheza causou entre os profissionais. Pensava, para além do tratamento de sua saúde, em como o fato havia repercutido em sua vida, na falta de um lugar de expressão e reconhecimento para o que lhe havia ocorrido. Vidas e formas da linguagem se faziam ver ali como problema. Foi por esse caminho, em face das questões que foram abertas nessa pesquisa, em particular pela análise da produção da vítima,

---

<sup>18</sup> SARTI, Cynthia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima, *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, v. 1, n. 1, pp. 89-103, 2009.

<sup>19</sup> Considero dor e sofrimento como noções que se equivalem no sentido moral em que considero a questão, independentemente da presença ou não da dor física. Tal como argumenta Le Breton, a dor implica sofrimento, por envolver sempre um “golpe moral”, um questionamento da relação do indivíduo com o mundo. LE BRETON, David. *Antropologia da dor*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013 [1995].

que o problema do sofrimento associado à violência se insinuou em meu trabalho, tornando-se a questão central que investigo, em distintas formas, deste então.<sup>20</sup>

Simultaneamente, a análise desse “caso” permitiu explicitar a problematização do lugar do outro quando gênero é pensado em termos de questão identitária.<sup>21</sup> Nesse sentido, reconheço-me na perspectiva em que Das traz gênero à sua análise. Para ela, gênero está profundamente implicado na produção do conhecimento, toda sua obra é uma evidência disso; no entanto, não é algo que se procura deliberadamente, mas que se encontra, porque está ali.<sup>22</sup> A atenção à singularidade das experiências precede, assim, a abordagem previamente definida de gênero, que, no entanto, sempre recorta a análise, “porque nos encontra”, não porque a perseguimos.<sup>23</sup> Trata-se, a meu ver, de estar atenta para ver e enxergar gênero nas formas em que a vida é decisivamente atravessada pela inscrição no lugar de mulher ou homem.<sup>24</sup> A procura deliberada predispõe o olhar, enquanto essa mudança sutil, mas significativa, de perspectiva permite fazer emergir, para além dos lugares de subordinação socialmente atribuídos às mulheres, os modos possíveis de agenciamento feminino imprevisos em nossas referências de sentido.

Embora houvesse uma linha de continuidade em meu trabalho, a indagação sobre a violência a partir do sofrimento requeria outras formas de explorá-la etnograficamente. Além disso, mudou-se o *locus* da investigação. Não seriam mais hospitais meu campo de pesquisa. Àquela altura, eu já estava

---

<sup>20</sup> Ainda que a dor tenha sido um tema constante nas atividades de ensino e orientação na área da saúde, desde que fui instada a abordá-lo por colegas profissionais da enfermagem, quando trabalhava no campo da enfermagem em saúde pública. SARTI, Cynthia. A dor, o indivíduo, a sociedade, *Saúde e Sociedade*, v. 10, n. 1, pp. 3-13, 2001.

<sup>21</sup> SARTI, Cynthia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima, *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, v. 1, n. 1, pp. 89-103, 2009.

<sup>22</sup> MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia, PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel, MALVASI, Paulo. Entre palavras e vidas. Entrevista com Veena Das, *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 2, pp. 335-356, 2012.

<sup>23</sup> Abordagem que condiz com sua relação com os conceitos antes comentada.

<sup>24</sup> Não cabe aqui a análise da presença da criança na reflexão de Das, que, atravessada pelo cuidado, se articula a gênero, como a autora enfatiza na entrevista neste dossiê. A esse respeito, ver o artigo de Camila Pierobon neste dossiê.

inserida no Departamento de Ciências Sociais, dada a abertura da Unifesp às ciências humanas em 2007,<sup>25</sup> inserção institucional que teve impacto na pesquisa que deixou de se ater apenas ao campo da saúde. Este foi o momento em que voltei minha atenção à violência durante a ditadura militar brasileira, na busca de analisar as experiências de prisão, tortura, desaparecimento e morte de familiares, a partir do testemunho de quem as viveu.

Pensando retrospectivamente, acredito ter sido este o momento em que voltei a atenção para o trabalho de Veena Das. Ela havia recém-publicado *Life and words. Critical events*, mas sobretudo a trilogia em torno da noção de sofrimento social e a agenda de pesquisas ali proposta, nas quais a autora estava envolvida,<sup>26</sup> já eram referência para quem estudava sofrimento e violência, notadamente no campo da antropologia da saúde, tal como se desenvolvia no Brasil.<sup>27</sup> Para além da dimensão social do sofrimento, fundamental para analisar a experiência individual à luz daquilo que a ultrapassa, mas ao mesmo tempo a constitui, como os processos políticos, econômicos, culturais e ambientais que afetam diretamente a vida das pessoas, o trabalho de Veena Das, em particular, fazia transparecer uma abordagem no campo das ciências sociais, que se explicita em *Vida e palavras*, por meio da qual a autora tenta, em suas palavras, “permanecer atenta à ideia de sofrimento no sentido de uma preocupação com a vida, e não com as ideias pré-fabricadas de cultura ou uma questão de lei ou normas unicamente”.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Até 2005, quando se iniciou o processo de expansão das universidades federais, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, a Unifesp, identificada com a Escola Paulista de Medicina, era voltada exclusivamente para a área da Saúde.

<sup>26</sup> KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (eds.). *Social suffering*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1997. DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela (eds.). *Violence and subjectivity*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2000. DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; LOCK, Margaret; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela (eds.). *Remaking a world: violence, social suffering and recovery*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2001.

<sup>27</sup> VÍCTORA, Ceres. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia, *RECIIS*, v. 5, n. 4, pp. 3-13, 2011.

<sup>28</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto, revisão. técnica de Adriana Vianna. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 281.

Seus comentadores assinalaram as linhas de continuidade no trabalho da autora, em particular entre *Critical Events* e *Life and words*.<sup>29</sup> A perspectiva que marca seus estudos sobre violência, que consiste em analisá-la nas formas como o evento, ao estabelecer, de alguma forma, um corte, afeta a vida e a linguagem, estava esboçada, parece-me, na própria definição de “critical event”. Não era o caráter extraordinário do evento o que se salientava, mas o que o definia como “crítico” era a instauração de novas modalidades de ação antes não inscritas no repertório cultural e social. Das, referindo-se ao evento da Partição da Índia, em 1947, do qual trata o livro, argumentava que, a partir dele, “emergiram novos modos de ação que redefiniram as categorias tradicionais”.<sup>30</sup> Ali já estava presente a análise do evento disruptivo em uma perspectiva segundo a qual a morte do mundo tal como era habitado antes corresponde à criação de novas formas de vida, que tão claramente se consolida em *Vida e palavras*. Ao evento, acontecimento ou situação violenta associa-se, então, não apenas a destruição, mas a possibilidade de reconstrução, que, para a autora, opera na vida ordinária, trazendo a indagação sobre *como* isso se faz.<sup>31</sup>

Essa perspectiva contribuiu para dar forma a questões que se tornaram centrais em meu percurso de pesquisa sobre o sofrimento e a memória da violência da ditadura, como espero mostrar a seguir.

---

<sup>29</sup> VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das, *Mana*, v. 26, n. 3, pp. 1-20, 2020. SINGH, Bhriqupati. Conceptual vita. In: CHATTERJI, Roma (ed). *Wording the world: Veena Das and scenes of inheritance*. New York: Fordham University Press, pp. 84-104, 2015.

<sup>30</sup> DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Delhi: Oxford University Press, 1995, p. 6. Tradução da autora.

<sup>31</sup> Parece-me haver uma analogia, cujas implicações estão fora do escopo deste texto, mas que espero poder explorar em outra ocasião, entre Veena Das e Georges Canguilhem, na forma como ambos pensam a vida em termos de suas possibilidades de recriação, seja diante da violência, no caso da primeira, como em face da doença, no caso do segundo. CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 6ª ed. revista. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Revisão Técnica de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1966].

## Entre vítima e combatente

Se, no hospital, a inteligibilidade da ideia de vítima supunha sua identificação a uma figura previamente definida por sua *condição* de vulnerabilidade, que a predispõe a sofrer a agressão, atravessada por gênero e idade, outros enquadramentos morais moldam essa figura, como fizeram ver os desdobramentos da pesquisa.

A figura da vítima, segundo Wieviorka,<sup>32</sup> esteve por muito tempo ausente do discurso da violência. Ela aparecia no discurso humanitário como “vítima de circunstâncias”, tais como a pobreza ou a doença, que remetiam a condições sociais naturalizadas e não ao âmbito do político. No discurso da violência, ela emerge quando este se volta para o sujeito que a sofreu, a partir de uma noção afirmativa desse sujeito como um sujeito de direitos, que, como tal, reivindica a reparação. Circunscrito na figura da vítima, o sofrimento associado à violência torna-se socialmente inteligível, fazendo da construção do sujeito como vítima, individualmente ou como grupo, um modo de legitimar demandas e ações sociais de justiça, reparação e cuidado.<sup>33</sup> A construção da figura da vítima e seu reconhecimento social em termos de direitos deu forma, assim, à própria noção de violência, enquanto a vítima se transfigurou no modo contemporâneo, por excelência, de se colocar subjetivamente diante da violência.<sup>34</sup>

Se a construção da vítima como sujeito de direitos vincula-se ao que se instituiu como os direitos modernos de cidadania, o olhar para o sujeito que sofre a violência interpela o Estado, em sua função de garantir

---

<sup>32</sup> WIEVIORKA, Michel. L'émergence des victimes. In: WIEVIORKA, Michel. *La violence*. Paris: Hachette Littératures, pp. 81-108, 2005.

<sup>33</sup> SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea, *Cadernos CRH*, v. 24, n. 61, pp. 51-61, 2011.

<sup>34</sup> FASSIN, Didier. La cause des victimes, *Les temps modernes*, v. 59, n. 627, pp. 73-91, 2004. SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea, *Cadernos CRH*, v. 24, n. 61, pp. 51-61, 2011. GATTI, Gabriel (ed.). *Un mundo de víctimas*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2017. E, de maneira ampla, em relação à qualquer forma de sofrimento, como argumentou KOLTAL, Caterina. Uma questão tão delicada, *Psicologia Clínica*, v. 14, n. 2, pp. 35-42, 2002.

as condições básicas de existência do cidadão.<sup>35</sup> No paradigma do direito internacional dos direitos humanos, instituído a partir dos julgamentos dos crimes de guerra no século XX, o Estado, responsável pelos crimes de violência, responsabiliza-se igualmente pelas políticas de memória e reparação. Esse caráter de vítima de uma política de Estado é o que está em jogo na construção da categoria de “vítima da ditadura” reivindicada em relação às ditaduras latino-americanas do século passado.

É recorrente, na luta e na reflexão sobre os crimes da ditadura brasileira, a afirmação de que as violações contra os direitos humanos (tortura, desaparecimento e morte) não se restringem ao contexto da ditadura, mas a violência de Estado perpassa historicamente a sociedade brasileira, atravessada pelo desrespeito aos direitos, não apenas políticos, mas civis e sociais mais básicos dos segmentos socialmente desfavorecidos ou dissidentes. Trata-se do que Pinheiro chamou de um “autoritarismo socialmente implantado”<sup>36</sup> na formação histórica do país, cujas raízes são mais profundas do que as práticas determinadas por regimes de exceção. A persistente violência de Estado no Brasil pós-ditadura é, então, precisamente a justificativa, no registro dos direitos humanos, para a reivindicação social e política da memória da ditadura.

Nesse sentido, a memória reconfigura-se em função das questões do presente. Foram os direitos humanos que assentaram o lugar onde reconstruir, em um momento de desencanto, novos horizontes e expectativas futuras a partir das quais olhar o passado,<sup>37</sup> marcando as lutas presentes. Para Moyn, os direitos humanos tornaram-se, em escala global, a referência da ação política, não a partir de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas a partir do eclipse das utopias socialistas e comunistas que alimentaram as lutas contra as ditaduras na segunda metade do século XX.<sup>38</sup> A memória

---

<sup>35</sup> Ainda que a violência apareça precisamente como a evidência da falência desse modelo de Estado, discussão que está fora das possibilidades deste texto.

<sup>36</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição, *Revista USP*, v. 9, pp. 45-56, 1991, p. 55..

<sup>37</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006 [1979].

<sup>38</sup> MOYN, Samuel. *The last utopia: Human Rights in History*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

desses eventos referencia-se, assim, não necessariamente pela utopia que moveu a luta contra a ditadura, mas pelas questões que atualizaram essas lutas, permitindo dar-lhes continuidade em outro tempo e outro registro.

Dessa forma, o campo dos direitos humanos deu aos militantes, protagonistas da luta contra a ditadura, o enquadramento necessário para conciliar a figura da vítima com sua autoimagem de *combatentes e resistentes*, que optaram pela luta armada, *conscientes de sua escolha*. Em face da recusa a ver-se como vítima, figura que exime o sujeito de responsabilidade, a *violência de Estado* confere legitimidade moral a esse lugar, como *vítima da ditadura*, na luta política pelo direito à memória, à verdade e à justiça.<sup>39</sup>

## A dor da violência e a ditadura

A ditadura brasileira não era ainda um campo de estudos desenvolvido na antropologia brasileira, quando tomei o evento como referência para pensar a dor da violência.<sup>40</sup> Para além dos estudos

---

<sup>39</sup> As ambiguidades em relação ao lugar de vítima nos depoimentos de ex combatentes da ditadura é tema presente na literatura, como comentado anteriormente SARTI, Cynthia. *La victime et le témoin durant la dictature militaire au Brésil: une anthropologie de la mémoire, Brésil(s)*, v. 8, pp. 125-146, 2015. SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha, *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, pp. 77-105, 2014. SARTI, Cynthia; BAUMGARTEN, Jens; ROVAI, Mauro Luiz. Fios sem Ariadne: teias tecidas por palavras e imagens, *Revista Limiar*, v. 7, n. 14, pp.251-227, 2020. No que se refere às implicações jurídicas da definição de vítimas, ver a análise de Mariana Tello sobre a memória da ditadura argentina, na qual destaca as tensões em face da “teoria dos dois demônios” que marcou os processos judiciais na Argentina. TELLO, Mariana. *La vida en fuego: un análisis antropológico sobre las memorias de la “lucha armada” en los ‘70 en Argentina*. Tesis de Doctorado. Departamento de Antropología y Pensamiento Filosófico Español. Universidad Autónoma de Madrid, 2012. Nesse contexto, a vítima-testemunha tem que demonstrar ter sido vítima de uma agressão não merecida, porque não provocada (vítima-inocente), diante da visão do militante como “terrorista” implícita nesse marco interpretativo. Para a resignificação política da categoria “vítimas da ditadura militar” no Brasil, ver AYDOS, Valéria; FIGUEIREDO, César. A construção social das vítimas da ditadura militar e sua resignificação política, *Interseções*, v. 15, n.2, pp. 392-314, 2013.

<sup>40</sup> Havia já à época, ainda isoladamente, trabalhos antropológicos pioneiros sobre ditaduras feitos no Brasil, como os de CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e*

históricos que tematizavam a ditadura desde sua ocorrência, surgiram, no fim da primeira década dos anos 2000, coletâneas referenciais, que atravessavam diversos campos do conhecimento, para se pensar “o que restava da ditadura”, diante da não responsabilização pelos crimes cometidos no período no Brasil, em face das limitações impostas pela lei de Anistia de 1979 (Lei 6.683/1979), que incluiu como anistiados também os torturadores, inviabilizando, no país, um processo político de justiça, reparação e construção de memória, em consonância com o modelo da justiça de transição, estabelecido pelo direito internacional dos direitos humanos.<sup>41</sup> Era o momento em que estava em pauta no país a criação da Comissão Nacional da Verdade, o que finalmente se efetivou em novembro de 2011, com a conclusão de seus trabalhos em dezembro de 2014,<sup>42</sup> reacendendo o problema da memória da ditadura e impulsionando sua reflexão em distintos campos das ciências humanas no país.<sup>43</sup>

Desse modo, havia claramente, na forma de pensar a ditadura naquele momento, uma agenda política que a acompanhava, referendada pelo ativismo dos direitos humanos, tal como destacou Elizabeth Jelin<sup>44</sup> a respeito do surgimento de um novo campo de preocupações nas ciências

---

*memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina.* São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001; de VECCHIOLI, Virginia. *Os trabalhos pela memória: um esboço do campo dos direitos humanos na Argentina através da construção social da categoria de vítima do terrorismo de Estado.* Dissertação de mestrado. PPGAS/MN-UFRJ, 2000; *Idem, A luta pelo direito: engajamento militante e profissionalização dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina.* Tese de doutorado. PPGAS/MN Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006; e AYDOS, Valéria. *Vidas Marcadas: experiências de tortura nas trajetórias de presos políticos no período da ditadura militar.* Dissertação de Mestrado, PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

<sup>41</sup> TELES, Edson; SAFATLE, Wladimir. *O que resta da ditadura.* São Paulo: Boitempo, 2010. SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil.* 2 volumes. São Paulo: HUCITEC/Aderaldo & Rothschild, 2009.

<sup>42</sup> *Brasil. Relatório/Comissão Nacional da Verdade.* Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>.

<sup>43</sup> Cabe notar que em 2010, Dilma Rousseff, ex-presca política, torturada durante a ditadura, elegeu-se Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), assumindo o cargo em 2011.

<sup>44</sup> JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria.* Madrid: Siglo XXI, 2002.



sociais latino-americanas, que caminhava junto aos processos de memória nos distintos países da América Latina, a partir dos anos 1980, quando esses países enfrentaram a transição de ditaduras militares para governos democráticos.<sup>45</sup> Tratava-se da busca da evidência da violência cometida e da reivindicação do reconhecimento da vítima, como condição de se levar adiante o processo político inconcluso de memória, verdade e justiça, nos termos do direito internacional.<sup>46</sup> Era este o momento em que eu iniciava minha pesquisa.

Minha questão, ao tratar da dor da violência através do evento da ditadura, caminhava no sentido de interrogar esses processos de memória. O problema era não a *evidência* da violência, tal como expressa no discurso político e normativo em defesa do reconhecimento dos crimes da ditadura, mas a indagação sobre como se processa a construção dessa evidência, pautada pelos ditames da justiça de transição, no trabalho da memória. Buscava a repercussão desses processos – e sigo buscando-a – na forma como a experiência da dor se inscreveu na vida de quem sofreu os crimes da ditadura, por meio da análise de seus testemunhos.

Como falar da dor das experiências de tortura, exílio, desaparecimento e morte de familiares, como experiência subjetiva do outro, para além dos enquadramentos sociais que a fazem socialmente inteligível, ao dar-lhe um lugar, mas que não esgotam o sentido do vivido? Como apreender o que se apresentava como inapreensível?

---

<sup>45</sup> No Brasil, o tema da memória das ditaduras desenvolveu-se na antropologia na esteira desses acontecimentos, com a produção de dissertações e teses, sobretudo a partir de 2010, versando tanto sobre a ditadura militar brasileira quanto a argentina. Para um levantamento dos trabalhos etnográficos no âmbito dos programas de pós-graduação em antropologia e ciências sociais brasileiros, ver RIBEIRO, Michelli de Souza. *Descaminhos das escrituras antropológicas da dor*. Dissertação de Mestrado. PPGCS/Universidade Federal de São Paulo, 2020.

<sup>46</sup> A relevância política da nomeação e do reconhecimento da vítima, como tal, para a efetivação do processo de memória no Brasil pós-ditadura, no marco da justiça de transição, e os entraves nesse processo no caso brasileiro, em comparação com o chileno e argentino, são analisados por MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Tese de Doutorado. PPGCP/Universidade de São Paulo, 2007.

Nessa perspectiva, a literatura constituiu um material fundamental de reflexão, porque nesse registro pode-se perceber as “hesitações do indivíduo” de que trata Simmel, que nos permitem vislumbrar as singularidades irreduzíveis aos enquadramentos sociais e políticos.<sup>47</sup> Ela abre a possibilidade de pôr em palavras o que não tem lugar, por transitar fora dos limites socialmente convencionados para a expressão subjetiva da dor.

Nessas veredas incertas, a leitura de Veena Das abriu o caminho para ir adiante, ao me fazer ver que era em um campo de incertezas que eu deveria transitar para estudar o sofrimento associado à violência na perspectiva proposta, deixando-me guiar precisamente por essa instabilidade. Mas como? Refletir sobre a dor da violência implicou voltar a atenção para a singularidade das experiências vividas, nos espaços intersticiais e nas brechas abertas pelos testemunhos, buscando não apenas o que se perdeu, mas a inscrição da experiência na vida. Não é o evento em si o que está em jogo, mas a experiência do evento tal como vivida por quem a sofreu, transfigurada em memória. Não os fatos ocorridos, mas o que deles se pode acessar pelo testemunho, apreensível, como sugere Das, “em termos das condições sob as quais se torna possível falar da experiência.”<sup>48</sup> Articulam-se, assim, por definição, a experiência à linguagem e a linguagem ao mundo.

## Formas de dizer

Em meio às incertezas, alguns pontos parecem assentados nos estudos sobre a violência, no que se refere às possibilidades de dizer a violência. Diante do impacto mundial do genocídio nazista, que se constituiu em emblema da violência do século XX – não apenas pelo escândalo de suas dimensões e características, mas também pelos recursos sociais e simbólicos de suas vítimas que

<sup>47</sup> SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 [1917].

<sup>48</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto, revisão técnica de Adriana Vianna. São Paulo: Editora Unifesp, 2020 [2007], p. 286.

lograram fazer-se reconhecer mundialmente como tais –, surgiram, no Ocidente, proposições que afirmavam o caráter impensável, indizível e irrepresentável do extermínio, intensificadas na década de 1980, segundo Crenzel, no contexto “pós-moderno”, com a crise das representações e das grandes narrativas.<sup>49</sup> No entanto, prossegue o autor, tais proposições foram solidamente contestadas.<sup>50</sup> Se é possível pensar, dizer e representar a violência, cujas implicações, de dimensões globais, ultrapassam as fronteiras nacionais e locais, como fazê-lo? Os processos de memória instituídos pelo direito internacional, depois da Segunda Guerra Mundial, vieram não apenas para dar forma jurídica, mas também para legitimar moralmente o acerto de contas com o passado de violência, transformado em “dever de memória”.

Chegamos a outro ponto, não tão incontestado entre aqueles que se situam no campo dos direitos humanos, que diz respeito aos limites dos processos jurídicos para a enunciação da violência, ainda que se reconheça sua relevância política fundamental para a restauração da ordem democrática. Agamben referiu-se à questão, para tratar da distinção entre categorias éticas e jurídicas.<sup>51</sup> Citando o Tribunal de Nuremberg, ocorrido em 1945-1946, e o julgamento de Eichmann em Jerusalém, em 1961, o autor argumenta que, por mais necessários que tenham sido esses processos, eles não esgotaram a questão e contribuíram para difundir a ideia de que o problema estava superado, diante das provas de culpa estabelecidas. Mantém-se, segundo o autor, o problema das zonas cinzentas a que alude

---

<sup>49</sup> CRENZEL, Emilio. Introducción. Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina. 1983-2008. In: CRENZEL, Emilio (Org.). *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas (1983-2008)*. Buenos Aires: Biblos, pp. 11-23, 2010.

<sup>50</sup> Entre seus contestadores estão AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Tradução de Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998]; DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM. (Coleção Imago), 2012; POLLAK, Michael. *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 2002; além do próprio testemunho dos que viveram a experiência concentracionária, como LEVI, Primo. *É isso um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1958]; *Idem, Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sergio Henriques. São Paulo; Paz e Terra, 2004 [1986].

<sup>51</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Tradução de Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998].

Primo Levi,<sup>52</sup> que embaralham a nítida separação entre perpetradores da violência e vítimas sob a qual operam os processos jurídicos.

Das, igualmente crítica em relação à leitura da violência a partir de modelos de claras oposições binárias, coloca a questão em outros termos,<sup>53</sup> para tratar desses limites em termos *das práticas* que instituem formas de dizer a “verdade”, tal como as Comissões da Verdade (CV), que se estabeleceram globalmente como o espaço público, por excelência, para expressão da verdade. Embora as políticas de memória instaurem lugares de escuta, tornando possível a palavra e o reconhecimento do discurso daqueles que sofreram a violência de Estado, instituem as formas pelas quais a violência deve ser dita e escutada. Há um *script* prévio, estabelecido, com maior ou menor flexibilidade, por formas jurídicas ou uma agenda política específica, a partir das quais se supõe que as vítimas devam falar, enquanto elas não necessariamente se reconhecem nesse enquadramento que lhes é apresentado para falar.<sup>54</sup>

“Projeto iluminista exemplar”, que supõe uma noção absoluta de verdade, como define Das,<sup>55</sup> o modelo das comissões de verdade, em sua ilusão de fronteiras claras entre vítimas e verdugos, desconsidera, em suas práticas, formas do testemunho e da memória que emergem de situações e contextos muito diversos, em função de sentidos igualmente distintos e localizados. Trata-se de buscar nos interstícios dessas formas próprias e singulares de falar e tornar visível, por meio de palavras, silêncios ou emudecimentos, o que dizem da violência, ou de sua ocultação. Estamos

---

<sup>52</sup> LEVI, Primo. *É isso um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1958].

<sup>53</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020 [2007].

<sup>54</sup> Como demonstra a análise do testemunho de mulheres de ROSS, Fiona em *Bearing witness: women and the Truth and Reconciliation Commission in South Africa*. London; Pluto Press, 2003; e a de POLLAK, Michael e HEINICH, Nathalie. Le témoignage, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 62-63, pp. 3-29, 1986, em torno da memória do Holocausto. Ver SARTI, Cynthia. La victime et le témoin durant la dictature militaire au Brésil: une anthropologie de la mémoire, *Brésil(s)*, v. 8, pp. 125-146, 2015..

<sup>55</sup> DAS, *Op. cit.*, p. 291.

nos referindo precisamente a “uma maneira de entender a relação entre violência e subjetividade”, como ato de testemunhar.<sup>56</sup>

A verdade, como o testemunho que supostamente a enuncia, não são, assim, categorias evidentes nem transparentes, mas se vinculam às condições de sua enunciação, atravessadas pelas circunstâncias sociais e políticas e pelos atores em jogo. Jelin argumenta, nesse sentido, que as políticas de memória não implicam propriamente uma confrontação entre memória e esquecimento, mas são distintos atores que confrontam suas interpretações sobre o ocorrido, colocando-nos diante da confrontação política de distintas memórias, que a autora chama de lutas de memória contra memória.<sup>57</sup> Esfumaçam-se as fronteiras que separam vítimas e perpetradores da violência, diante de distintas “verdades”.<sup>58</sup>

As formas de dizer da dor da violência são, assim, por definição, atravessadas pelo conflito. No entanto, o testemunho, para além de constituir-se em uma luta incessante pela palavra, travada no espaço lacunar entre o sofrimento da experiência vivida e a ausência de um lugar de reconhecimento onde expressá-la, é também um lugar indefinido de busca, sem repouso, porque, como a literatura sobre a violência demonstrou, as experiências de violência não se apagam, e a inquietação em torno das lembranças assombra quem as viveu, tornando-se parte da vida. Não se

---

<sup>56</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 116.

<sup>57</sup> JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales, *Cuadernos del IDES*, v. 2, pp. 1-27, 2003.

<sup>58</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil, cujo relatório tornou públicos e oficiais os documentos que comprovam as violações aos direitos humanos, consubstanciou as disputas em torno da memória da ditadura, reacendendo as polarizações que reproduzem o conflito originário, processo que culminou na reconfiguração do poder no país nos anos que se seguiram à divulgação do relatório: a presidente Dilma Rousseff sofreu o impeachment em 2016 e o presidente Bolsonaro foi eleito em 2018. SARTI, Cynthia; BAUMGARTEN, Jens; ROVAI, Mauro Luiz. Fios sem Ariadne: teias tecidas por palavras e imagens, *Revista Limiar*, v. 7, n. 14, pp.251-227, 2020. Ver a coletânea recente que, dez anos depois, dá sequência às anteriores no mesmo registro de uma “luta pela memória”, incorporando o impacto da CNV: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (orgs.). *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

trata, no entanto, do imperativo moral de lembrar, na luta entre memória e esquecimento, mas de recantos inesperados e imprevisíveis da memória. Interrogam-se, reitero, não os acontecimentos, mas as formas que tornam possível o acesso às experiências vividas, as formas de dizer, tal como expressas por quem as viveu ou foi por elas afetado.

A leitura da violência não apenas por sua destruição, mas pelas possibilidades de reconstrução da vida, proposta por Das, abre um caminho fecundo nesse sentido. Trata-se de adentrar a vida, ali, onde há que se juntar o que restou, recompor os cacos e seguir adiante, porque é preciso fazê-lo, para continuar vivendo.

## O trabalho do tempo

No Brasil, onde não houve a responsabilização pelos crimes cometidos durante a ditadura, nem sequer com a oficialização das provas pela CNV, onde as mesmas práticas criminosas contra os direitos humanos permanecem, a pergunta, quando se interroga a memória da ditadura a partir do testemunho dos que a viveram, passa a ser: “o que fez o tempo transcorrido?”. Assim, coloca-se o passado no transcorrer do tempo, descongelando-o e atentando para as formas como a vida seguiu seu curso.

Se continuar a ação política, transmutada em luta por “memória, justiça e verdade” em relação aos acontecimentos ocorridos durante a ditadura, constituiu o pano de fundo sobre o qual se inscrevem as experiências de dor e violência no curso da existência dos que lutaram contra a ditadura e de seus familiares, tornando-se parte de sua forma de habitar o mundo, o enquadramento da ação militante não esgotou, para quem foi afetado pela violência da ditadura, as formas de dizer e de fazer a vida seguir adiante.<sup>59</sup>

Para pensar sobre essa singularidade das experiências, dentro, mas também fora, de narrativas enquadradas em referências coletivas que

---

<sup>59</sup> Analisei, nesse sentido, o livro *K*, de Bernardo Kucinski sobre a incansável busca de seu pai da filha desaparecida. SARTI, Cynthia. Narrar a dor: o livro *K* e outras narrativas, *Interseções*, v. 18, n. 2, pp. 307- 323, 2016.

estavam, de alguma maneira, instituídas como contradiscursos, a noção de *trabalho do tempo*, que opera no processo de reconstrução da vida, tal como formulada por Das, deu ancoragem à reflexão. Para a autora, “O tempo não é algo puramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações – permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, às vezes, sobrescritas -, assim como diferentes atores sociais lutam para construir histórias em que coletividades são criadas ou recriadas”.<sup>60</sup>

A noção do tempo como um *agente* que *trabalha* na reconstrução da vida, ali, onde habitam as lembranças e se produzem os esquecimentos e as ocultações, foi uma inspiração para compreender não apenas a singularidade das experiências, mas a memória como um labor, que acompanha a existência de modo ativo, desbloqueando o passado, pelas questões inesperadas do presente, em um horizonte aberto, um devir. Nesse prisma, a reparação não se volta apenas para um ideal de justiça, mas vai se tecendo na concretude da vida, nas formas possíveis de habitar o mundo, em meio a relações que, por sua ação, ressignificam o vivido. O *trabalho do tempo* não tem direção certa, nem travas previamente definidas. Torna-se, assim, um guia por onde transitar para pensar o indeterminado da memória da violência, de modo a atentar para os caminhos incertos das lembranças e os movimentos indeterminados dos esquecimentos.

Essa perspectiva constrói-se, desse modo, na direção inversa à associação direta e necessária entre violência e trauma, recorrente nos estudos sobre violência, por uma apropriação imprecisa e rápida demais, como ressalta Das, do conceito psicanalítico.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 126.

<sup>61</sup> Analiso as enunciações da tortura, a partir de textos literários testemunhais, destacando o sentido de uma literatura de combate do texto sobre tortura escrito durante a ditadura, em contraposição à ideia de uma literatura do trauma à qual é apressadamente associado o testemunho escrito sobre a tortura. SARTI, Cynthia. Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira, *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, pp. 505-529, 2019. O mesmo sentido de combate, e não de uma experiência não assimilada, aparece em textos escritos posteriormente à ditadura. SARTI, Cynthia. Rastros da violência: a testemunha, *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 3, pp. 1023-1042, 2020.

Na relação entre violência e trauma, há mediações que intervêm decisivamente para que falte a linguagem em face da violência. Elas dizem respeito a *relações* que tornam possível, ou não, dizer e escutar e cumpre delas se ocupar cuidadosamente, antes de pressupor o bloqueio da linguagem. Mais uma vez, o problema é aquilo para o que se olha. No sentido inverso ao foco no trauma, a perspectiva de Das leva-a a indagar, em particular no capítulo que encerra *Vida e palavras*, se é possível pensar um quadro de vítimas e sobreviventes da violência em que o tempo não seja congelado, mas lhe seja permitido “fazer seu trabalho”. Para a autora, não é que os fantasmas tenham sido expelidos das cenas de violência que descreve, “mas sim que a vida cotidiana não é delas expulsa”.<sup>62</sup> Vida cotidiana que, para ela, é o lugar da reconstrução, como já ressaltado. Nesse capítulo, a autora retoma o trabalho do tempo, para questionar a ideia de que pensar a partir do sofrimento resulte na criação de uma “comunidade de ressentimento”. Nesse sentido, parece-me que o olhar para a reconstrução da vida, ali, onde ela pode acontecer pelo trabalho do tempo,<sup>63</sup> e não apenas para a destruição da violência que congela a vista, é o que abre a possibilidade de uma reflexão a partir do sofrimento, mas fora do registro do ressentimento.

Não se trata de reduzir os que viveram a violência a uma comunidade de vítimas/sobreviventes, mas de percebê-los como sujeitos. Nesse ponto, as ideias de Das vieram ao encontro, em um sentido profundo, da crítica à vítima como figura contemporânea, antes mencionada. Para ela, na contramão do discurso identitário, não há sujeito coletivo unitário (o africano, o indiano), mas formas de habitar o mundo em que se tenta encontrar o próprio lugar e a própria voz.<sup>64</sup> A recuperação da memória da

---

<sup>62</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 286.

<sup>63</sup> Na “descida ao ordinário” que se encontra, para a autora, no registro do cotidiano, no engajamento concreto com as tarefas do refazer a vida. O cotidiano não é, assim, o lugar sem relevo da repetição, mas da criação de novas formas de vida, depois da devastação.

<sup>64</sup> Faço referência aqui aos comentários críticos da autora a “African modes of self-writing” de Achille Mbembe neste último capítulo do livro DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto, revisão técnica de Adriana Vianna. São Paulo: Editora Unifesp, 2020 [2007].



violência envolve, assim, a construção de si como sujeito e não como vítima. O que as mulheres com quem trabalhou “foram capazes de ‘mostrar’ não foi uma narrativa padronizada de dor e sofrimento, mas um projeto que pode ser entendido apenas no singular por intermédio da imagem de reabitar o espaço de devastação *novamente*”.<sup>65</sup> Trata-se de ver como a vida pode ser redimida, diante da violência que atenta contra a própria vida, não contra um tipo particular de identidade.

Para a autora, as dificuldades implícitas em nomear a violência não dizem respeito, então, apenas à linguagem que falta diante da violência “cedo demais”, como supõe uma certa teoria do trauma convocada nesses casos: “Nomear a violência não reflete apenas as lutas semânticas – reflete o ponto em que o corpo da linguagem se torna indistinguível do mundo; o ato de nomear constitui uma enunciação performativa”.<sup>66</sup>

## O apelo ao outro da dor

Em *O mal-estar na civilização*, Freud assinala três fontes a partir das quais o sofrimento nos ameaça. A primeira vem do próprio corpo, que não pode dispensar a dor e o medo como sinais de advertência da fatalidade de seu declínio e dissolução; a segunda, do mundo externo, que se abate sobre nós com forças poderosas, inexoráveis e destruidoras que não controlamos; e, finalmente, a terceira, que provém das relações com os outros humanos: “O sofrimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro”.<sup>67</sup> Se, hoje, encobriram-se as fronteiras entre “corpo”, “mundo externo” e “humanos”, misturando-os nas relações que constituem a socialidade humana, a formulação de Freud mostra a incontornável presença do outro no

<sup>65</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 287.

<sup>66</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 274.

<sup>67</sup> FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Sigmund Freud. Obras completas*. Volume 18. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 13-122, 2010 [1930], p. 31.

sofrimento que nos constitui. O sofrimento é social, por definição. Mas qual o lugar do outro na linguagem da dor?

“Narrar e se fazer ouvir nos remete à importância do outro na reconstrução da memória – operação fundamental para a superação do trauma”. Com essas palavras, Janaína Teles – historiadora, filha de pais presos e torturados durante a ditadura, também presa quando criança, com seu irmão –, refere-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar.<sup>68</sup> Para ela, essa é a “dimensão política do trabalho da memória”, impossível de ser feito na privacidade, porque requer o testemunho de um terceiro, o endereçamento à escuta de alguém de “fora”.<sup>69</sup>

Diante da ausência de qualquer linguagem estável para tratar da dor e de nossa impossibilidade de alegar conhecer a dor do outro, Das indaga a *relação* que podemos ter com a dor, para além do que o discurso político pode exprimir. Recorre para isso à literatura e a Wittgenstein, de cuja formulação sobre “sentir a dor no corpo do outro” a autora faz um uso singular. Para Das, na interpretação do autor, a dor “não é aquela coisa inexprimível que destrói a comunicação ou marca uma saída da existência da pessoa na linguagem. Em vez disso, ela faz uma reivindicação ao outro – pedindo reconhecimento que pode ser dado ou negado”.<sup>70</sup>

Se o reconhecimento da violência no registro do político é fundamental para a “superação do trauma”, como reivindicado por quem sofreu a violência, restam os recantos da memória do sofrimento irredutíveis a esse registro, com as lembranças emudecidas, as ocultações e os silêncios ativos que a violência vivida traz consigo e que apelam igualmente ao outro, nas formas como se expressam as linguagens imprevisíveis da dor.

---

<sup>68</sup> TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. de A. (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2 volumes. São Paulo: HUCITEC/Aderaldo & Rothschild, v. 1, pp. 151-176, 2009, p. 159.

<sup>69</sup> A implicação do outro intrínseca ao testemunho é o eixo articulador de texto recente sobre a figura da testemunha. SARTI, Cynthia. Rastros da violência: a testemunha, *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 3, pp. 1023-1042, 2020.

<sup>70</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução Bruno de Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 69.

Para Das, trata-se de recorrer ao registro do imaginário, no qual “a dor do outro não pede apenas um lar na linguagem, mas também busca um lar no corpo”<sup>71</sup>; a negação da dor do outro, assinala a autora, não diz respeito a uma falha do intelecto, mas do espírito.

Se o *leitmotiv* deste texto era localizar os pontos em que a trajetória de pesquisa descrita encontrou as ideias de Veena Das, ele resultou igualmente, e não à toa, em uma releitura do trabalho empreendido até aqui, recomposto pela memória evocada pela busca de entender os caminhos nos quais a autora *me acompanhou*, parafraseando-a. Rememorar, assim, não significa que as lembranças tenham voltado da mesma forma. Elas são não apenas evocadas, mas transfiguradas pelas questões sempre abertas e incontornáveis do tempo e do mundo em que vivemos. Em qualquer caso, trata-se da presença constitutiva do outro que nos habita.

## Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Tradução de Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998].

AYDOS, Valéria. *Vidas Marcadas: experiências de tortura nas trajetórias de presos políticos no período da ditadura militar*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

AYDOS, Valéria; FIGUEIREDO, César. A construção social das vítimas da ditadura militar e sua ressignificação política, *Interseções*, v. 15, n. 2, pp. 392-314, 2013.

BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 6ª ed. revista. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Revisão Técnica de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1966].

---

<sup>71</sup> DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução Bruno de Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 69.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.

CAVELL, Stanley. Prefácio. In: DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto, revisão técnica de Adriana Vianna. São Paulo: Editora Unifesp, 2020 [2007], pp. 13-19.

CHATTERJI, Roma (ed). *Wording the world: Veena Das and scenes of inheritance*. New York: Fordham University Press, 2015.

CRENZEL, Emilio. Introducción. Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina. 1983-2008. In: CRENZEL, Emilio (Org.). *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas (1983-2008)*. Buenos Aires: Biblos, p. 11-23, 2010.

DAS, Veena. A life in books, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 21, pp. 246-250, 2015a.

DAS, Veena. Adjacent thinking: a postscript. In: CHATTERJI, Roma (ed). *Wording the world: Veena Das and scenes of inheritance*. New York: Fordham University Press, pp. 372-399, 2015b.

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto, revisão técnica de Adriana Vianna. São Paulo: Editora Unifesp, 2020 [2007].

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; LOCK, Margaret; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela (eds.). *Remaking a world: violence, social suffering and recovery*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2001.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela (eds.). *Violence and subjectivity*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM. (Coleção Imago), 2012.

FASSIN, Didier. La cause des victimes, *Les temps modernes*, v. 59, n. 627, pp. 73-91, 2004.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Sigmund Freud. Obras completas*. Volume 18. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 13-122, 2010 [1930].

GATTI, Gabriel (ed.). *Un mundo de víctimas*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2017.

JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales, *Cuadernos del IDES*, v. 2, pp. 1-27, 2003.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (eds.). *Social suffering*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1997.

KOLTAI, Caterina. Uma questão tão delicada, *Psicologia Clínica*, v. 14, n. 2, pp. 35-42, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006 [1979].

LE BRETON, David. *Antropologia da dor*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora FapUnifesp, 2013 [1995].

LEVI, Primo. *É isso um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1958].

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sergio Henriques. São Paulo; Paz e Terra, 2004 [1986].

MALINOVSKI, Bronislaw. Introdução. In: MALINOVSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, XLIII), 1976 [1921].

MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Tese de Doutorado. PPGCP/Universidade de São Paulo, 2007.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia, PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel, MALVASI, Paulo. *Entre palavras e vidas*. Entrevista com Veena Das, *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 2, pp. 335-356.

MOYNS, Samuel. *The last utopia: Human Rights in History*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição, *Revista USP*, v. 9, pp. 45-56, 1991.

POLLAK, Michael. *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 2002.

POLLAK, Michael; HEINICH, Nathalie. *Le témoignage, Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 62, n. 63, pp. 3-29, 1986.

RIBEIRO, Michelli de Souza. *Descaminhos das escrituras antropológicas da dor*. Dissertação de Mestrado. PPGCS/Universidade Federal de São Paulo, 2020.

ROSS, Fiona. *Bearing witness: women and the Truth and Reconciliation Commission in South Africa*. London; Pluto Press, 2003.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2 volumes. São Paulo: HUCITEC/Aderaldo & Rothschild, 2009.

SARTI, C. A.; BARBOSA, R. M.; BARBOSA, M. G.; RAIZER, M. V.; PUCCINI, P. F.; BENZE, C.V.; SUAREZ, M. M.; PAIVA, P. M. *O atendimento à violência na perspectiva dos profissionais da emergência: um estudo qualitativo*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq. São Paulo, Unifesp, 2007.

SARTI, Cynthia A.; BARBOSA, Rosana Machin; SUAREZ, Marcelo M. Violência e gênero: vítimas demarcadas, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, pp. 167-183, 2006.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, pp. 77-105, 2014.

SARTI, Cynthia. A dor, o indivíduo, a sociedade, *Saúde e Sociedade*, v. 10, n. 1, pp. 3-13, 2001.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea, *Cadernos CRH*, v. 24, n. 61, pp. 51-61, 2011.

SARTI, Cynthia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima, *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, v. 1, n. 1, pp. 89-103, 2009.

SARTI, Cynthia. Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira, *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, pp. 505-529, 2019.

SARTI, Cynthia. La victime et le témoin durant la dictature militaire au Brésil: une anthropologie de la mémoire, *Brésil(s)*, v. 8, pp. 125-146, 2015.

SARTI, Cynthia. Narrar a dor: o livro *K* e outras narrativas, *Interseções*, v. 18, n. 2, pp. 307- 323, 2016.

SARTI, Cynthia. O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, pp. 107-126, 2005.

SARTI, Cynthia. Rastros da violência: a testemunha, *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 3, pp. 1023-1042, 2020.

SARTI, Cynthia; BAUMGARTEN, Jens; ROVAI, Mauro Luiz. Fios sem Ariadne: teias tecidas por palavras e imagens, *Revista Limiar*, v. 7, n. 14, pp.251-227, 2020.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 [1917].

SINGH, Bhri Gupta. Conceptual vita. In: CHATTERJI, Roma (ed). *Wording the world: Veena Das and scenes of inheritance*. New York: Fordham University Press, pp. 84-104, 2015.

TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.;

TELES, J. de A. (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2 volumes. São Paulo: HUCITEC/Aderaldo & Rothschild, v. 1, pp. 151-176, 2009.

TELES, Edson, QUINALHA, Renan (orgs.). *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TELES, Edson; SAFATLE, Wladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELLO, Mariana. *La vida en fuego: un análisis antropológico sobre las memorias de la "lucha armada" en los '70 en Argentina*. Tesis de Doctorado. Departamento de Antropología y Pensamiento Filosófico Español. Universidad Autónoma de Madrid, 2012.

VECCHIOLI, Virginia. *A luta pelo direito: engajamento militante e profissionalização dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina*. Tese de doutorado. PPGAS/MN Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

VECCHIOLI, Virginia. *Os trabalhos pela memória: um esboço do campo dos direitos humanos na Argentina através da construção social da categoria de vítima do terrorismo de Estado*. Dissertação de mestrado. PPGAS/MN-UFRJ, 2000.

VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das, *Mana*, v. 26, n. 3, pp. 1- 20, 2020.

VÍCTORA, Ceres. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia, *RECIIS*, v. 5, n. 4, pp. 3-13, 2011.

WIEVIORKA, Michel. L'émergence des victimes. In: WIEVIORKA, Michel. *La violence*. Paris: Hachette Littératures, pp. 81-108, 2005.